COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER nº 54

REF.: PROJETO DE LEI nº 07/22

AUTORIA: Prefeito Municipal

EMENTA: PROJETO DE LEI nº 07/22 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a abrir crédito especial, no valor de R$ 3.209.656,00 (três milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), para atender a necessidade de adequação orçamentária, inclusão de dotação de classificação orçamentária de repasses de emendas parlamentares, operação de crédito e outras naturezas de despesas no orçamento do corrente exercício e dá outras providências.

RELATOR: Vereador Renato Zucoloto

Trata-se de Projeto de Lei de nº 07/22 que autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a abrir crédito especial, no valor de R$ 3.209.656,00 (três milhões, duzentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), para atender a necessidade de adequação orçamentária, inclusão de dotação de classificação orçamentária de repasses de emendas parlamentares, operação de crédito e outras naturezas de despesas no orçamento do corrente exercício e dá outras providências.

Conforme previsto no artigo 72, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, compete a Comissão de Constituição, Justiça e Redação se manifestar em todos os projetos, especialmente no que pertine aos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade, verificando também se o Poder Legislativo é competente para a propositura da matéria, analisando seu aspecto intrínseco, sob pena de incorrer em vício de iniciativa que macula desde o nascedouro o projeto apresentado.

Assim dispõe o Regimento:

> *"Art. 72 - Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar o texto das proposições ao bom vernáculo. "*

Vale dizer que, no procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito de produção legislativa municipal, de um modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de lei sobre três perspectivas elementares: I) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; II) se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional; III) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

De acordo com o texto, a competência da CCJ não se exaure na aprovação do projeto, eis que ao depois, compete a análise do seu conteúdo sob os aspectos lógicos e gramaticais, proporcionando assim uma lei, no aspecto amplo, de fácil compreensão e aplicação.

RELATADO, FUNDAMENTO E PASSO A EMITIR O PARECER.

De início, quanto a competência da Casa, de acordo com o que dispõe o artigo 4º, da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto, é de iniciativa do município legislar sobre peculiar interesse e bem-estar da população, desde que atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e desenvolvimento humano.

Vale dizer que a propositura em apreciação nesta Comissão, de iniciativa do Prefeito Municipal, visa atingir o objeto proposto e tratado pela ementa do projeto.

Segundo o artigo 41 da Lei 4.320/64, os créditos suplementares vêm para reforçar a dotação orçamentária preexistente e os especiais são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

> *Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*
> *I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*
> *II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*
> *III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.*

No caso em tela, o presente projeto tem o objetivo de autorizar a abertura do crédito especial em comento para as Secretarias Municipais da Saúde e Justiça referentes aos repasses de emendas parlamentares.

No que concere à Secretaria da Saúde as emendas são: de Transferência Especial referente à Portaria nº 6411/2021, do Deputado Geninho Zuliani, no valor de R$ 100.000,00, destinados para a aquisição de equipamentos a serem utilizados no ambulatório do Centro de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Drogas Tipo II (CAPS ADH) localizado no Sanatório Espírita Vicente de Paulo, conforme Oficio nº 195/2021-CMRP da Vereadora Gláucia Berenice; emenda Parlamentar de Relatoria Geral referente a Portaria nº 3924/2020 para custeio de ações e serviços na Atenção Básica, no valor de R$ 100.000,00.

Há ainda a contrapartida da Construção do CAPS Sul referente ao Contrato de Financiamento nº 0533786-81 FINISA/CAIXA/2021,no valor de R$ 2.149.360,00, visando atender a contratação do convênio junto o Ministério da Saúde.

Por sua vez, no que diz respeito à Secretaria da Justiça o valor do crédito é de R$ 10.296,00 (dez mil duzentos e noventa e seis reais), que estão sendo remanejados para a dotação correta (serviços de terceiros - pessoa fisica).

Vale dizer que as alterações indicadas são necessárias visto que não houve previsão inicial das dotações, pois as orientações para a destinação dos recursos e/ou os repasses ocorreram somente após a elaboração do orçamento de 2022.

Assim, há de ser incluído ainda na unidade gestora Prefeitura Municipal, na Lei Municipal nº 14.634, de 10 de dezembro de 2021 (PPA), período 2022/2025, e na Lei Municipal nº 14.583, de 21 dejulho de 2022 (LDO), as alterações acima para o exercício de 2022.

Nesta conjuctura, a iniciativa é regular, se não, vejamos.

O objeto da presente Lei está em consonância com a Lei Orgânica do Município, cabendo à esta Casa a deliberação sobre a autorização (art. 8º da LOM).

A matéria é pertinente à Lei Ordinária, como no caso, pelo que se extrai da leitura do artigo 38 da Lei Orgânica do Município.

O artigo 167, inciso III da Magna Carta assegura, por sua vez, que a abertura de crédito especial se dará por meio de lei, aprovada pela maioria absoluta do Legislativo.

> *Art. 167. São vedados:*
> *III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.*

De igual maneira, os incisos I e II, do art. 41 da Lei 4.320/64, a qual institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e DF, também dispõe e regulamenta a respeito dos créditos suplementares e especiais.

Ressalta-se que o Executivo trouxe aos autos documentos necessários que permitem a análise de natureza constitucional, legal e quanto à redação do crédito especial e suplementar o qual intenta implementação.

Merecendo, portanto, nestes termos, prosperar a presente propositura, visto que a matéria tratada e a forma legislativa utilizada estão em perfeita consonância com a exigência legal e atende ao mérito de relevância.

Sendo assim, por se encontrar o Projeto de Lei nº 07/22 de acordo com as diretrizes legais e constitucionais, este relator não vê óbice instransponível à aprovação do referido projeto e, de acordo com o disposto pelo artigo 119 do Regimento Interno desta Casa emite-se, portanto, parecer favorável.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 31 de Março de 2022.

PRESIDENTE
Isaac Antunes

VICE-PRESIDENTE
Renato Zucoloto

MEMBRO
Maurício Vila Abranches

MEMBRO
Brando Veiga

MEMBRO
Maurício Gasparini